

ENZO MINGIONE  
Universidade de Messina

ENRICO PUGLIESE  
Universidade de Nápoles

## A DIFÍCIL DELIMITAÇÃO DO «URBANO» E DO «RURAL»: ALGUNS EXEMPLOS E IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

83

*Neste texto começa-se por apresentar o debate crítico sobre a dicotomia rural/urbano, assumindo, como se vem fazendo desde os anos setenta, que está em causa o seu valor interpretativo. Partindo das abordagens da escola de Chicago e da crítica que lhes foi movida, os autores passam a considerar as contribuições de Weber e*

*Marx, subordinadas à análise da transição para o capitalismo industrial, a que, em princípio, se limitavam. De seguida analisam os aspectos recentes que melhor evidenciam serem ténues as áreas de fronteira entre o rural e o urbano: alteração dos processos de produção e dos mercados de trabalho; integração entre a agricultura e a indústria.*

**O**S conceitos de «urbano» e de «rural», nas diferentes formas em que surgem nos paradigmas dualistas, têm sido largamente utilizados pelas ciências sociais para interpretar as transformações históricas e sociais. Porém, desde o início dos anos 70 que se tem discutido amplamente a validade dessa dicotomia tanto do ponto de vista da sociologia rural como da sociologia urbana, tendo-se chegado ao consenso generalizado de que não deve atribuir-se a essa dicotomia um valor interpretativo, podendo quando muito aceitar-se como uma forma convencional de agregar as questões. Na realidade, o debate deixou de lado uma série de problemas que nos propomos discutir na primeira parte deste trabalho antes de procurarmos definir a dificuldade em delimitar algumas áreas difusas entre o urbano e o rural na sociologia. As implicações teóricas desta abordagem serão referidas na primeira e na segunda parte deste artigo, se bem que apenas de modo introdutório.

O principal problema reside no facto de o debate crítico se ter preocupado quase exclusivamente com a perspectiva da escola de Chicago de ecologia social e da sociologia rural americana estrutural-funcionalista. Os paradigmas sociológicos clássicos, especialmente de Marx e Weber, não foram

### 1 — Discussão crítica da dicotomia urbano/rural

tidos em consideração. Apesar de ser verdade que a dicotomia urbano/rural só tem uma função interpretativa importante para o período de transição das sociedades pré-industriais para sociedades capitalistas (Saunders, 1981), é também um facto que, de certo modo, a utilização neoclássica da dicotomia, por mais discutível que seja, continua a ter uma importância considerável em obras de sociologia.

Começaremos pelas críticas feitas à escola ecológica, o que nos vai permitir identificar alguns dos aspectos mais importantes desta questão. Quanto ao lado urbano temos a crítica exemplar de Gans (1968) à interpretação proposta por Wirth (1938). Esta era uma reinterpretação sociológica do paradigma urbano da escola de Chicago. Wirth apresentou uma dicotomia de «tipos ideais», para explicar estilos de vida diferentes baseados em parâmetros espaciais diferentes, especialmente o tipo de vida numa grande área metropolitana em oposição ao dos habitantes de localidades mais pequenas e menos desenvolvidas.

A definição de Wirth a seguir transcrita mostra o enorme valor interpretativo atribuído à dicotomia urbano/rural dentro de uma orientação sociológica (a abordagem dos teorizadores da escola de Chicago, especialmente Park, situava-se explicitamente fora do âmbito da sociologia):

«Sabemos que as características dominantes da cena social urbana variam conforme a área, a densidade e o diferente tipo funcional de cada cidade... Dum ponto de vista sociológico, pode definir-se cidade como um agregado relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogéneos.» (Wirth, 1938:7-8).

Esta mesma abordagem paradigmática de Wirth foi destruída trinta anos mais tarde por Gans, que afirmou o seguinte:

«Em condições de transitoriedade e heterogeneidade, só há interacção entre as pessoas em termos de papéis segmentados necessários à obtenção de serviços locais. As suas relações sociais revelam, assim, anonimato, impessoalidade e superficialidade.» (Gans, 1968:103).

Para Gans a natureza transitória e heterogénea das condições sociais não é só característica das cidades (nem de todas as cidades e áreas urbanas de igual modo) e por isso a abordagem de Wirth não é válida. Depois de muitos anos de investigação empírica, a opinião de Gans foi comprovada ao verificar-se a existência de «aldeões urbanos», de uma grande diversificação de estilos de vida suburbanos, de aldeias e de zonas rurais sujeitas a uma grande mobilidade social e a formas de interacção social anónima e heterogénea. Na conclusão da sua obra, Gans advogava um regresso à utilização dos paradigmas da sociologia clássica relativamente às classes,

ciclos de vida e grupos étnicos, para uma melhor compreensão dos vários estilos de vida nas cidades ou em zonas de diferentes áreas urbanas.

Nestes termos, a dicotomia urbano/rural vem a ser posteriormente criticada pela «nova sociologia urbana» e pelos sociólogos rurais (Newby, 1980; Friedland, 1982), na medida em que se presta a uma utilização directa e pouco precisa como chave interpretativa da diferenciação de estilos de vida e de comportamentos sociais. Mas ela está também presente nos paradigmas clássicos de marxistas e weberianos (em sentidos mais ténues e indirectos), embora aí fique limitada ao período da transição industrial e seja considerada como representativa de outros tipos de variáveis sociológicas, ou seja, de classes sociais a favor ou contra o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental. Neste artigo teremos de nos limitar a referir sucintamente alguns problemas importantes decorrentes da utilização clássica da dicotomia urbano/rural, quer relativamente às origens do capitalismo, quer relativamente aos períodos posteriores que conduziram à sociedade contemporânea.

Nas obras tanto de Marx como de Weber, embora com tónicas diferentes, a dicotomia urbano/rural é representativa das classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a que a ele se opuseram em nome da antiga ordem social e económica. A utilização do par dicotómico não teria qualquer sentido quer para Marx, quer para Weber, se e quando o capitalismo viesse a tornar-se a ordem social dominante.

As questões mais interessantes decorrentes da utilização da dicotomia clássica urbano/rural podem resumir-se da seguinte forma:

Até que ponto a utilização do par dicotómico é apenas representação de classes sociais e até que ponto, em última análise, é o factor chave da interpretação específica da transição industrial? Até que ponto é que, em todo o caso, essa representação corresponde à realidade e até que ponto é que, no fim de contas, não esconde fenómenos sociais tantas vezes de grande importância? Até que ponto é que a tradição marxista e a tradição weberiana renunciaram verdadeiramente à dicotomia na sua interpretação da sociedade industrial e até que ponto é que, implícita ou explicitamente, terão distorcido a interpretação das mudanças sociais muito para além do período da transição industrial?

A primeira questão diz respeito muito mais a Weber do que a Marx. Como é conhecido, a longa discussão sobre a transição industrial é um debate entre os que fazem uma abordagem em termos de modos de produção e os urbanistas.

Os primeiros são nitidamente marxistas e os segundos seguem muitas vezes uma interpretação radical de Weber em que as novas formas de autonomia política conseguidas pelos cidadãos da Europa Ocidental são consideradas factores fundamentais para o aparecimento do desenvolvimento industrial capitalista. Szelenyi sintetiza com clareza esta linha de pensamento (apesar de não ser adepto dessa interpretação radical de Weber):

«As cidades adquiriram uma autoridade não legitimada à medida que evoluíram para uma sociedade civil. O aparecimento deste novo tipo de autonomia urbana baseava-se em princípios universais, funcionava contra o localismo feudal e, nesse sentido, preparou o terreno para o moderno estado burguês.» (Szelenyi, 1984:6-7).

O problema consiste em saber até que ponto Weber considerou esta condição como fundamental para o processo de industrialização e se a sua metodologia baseada em tipos ideais oferece uma resposta que se opõe a esta interpretação radical. O papel de novas formas de autonomia política urbana não pode ser considerado essencial nem preponderante para explicar o período de transição industrial, mas deve ser associado a outros processos. Uma leitura atenta das obras de Weber permitiria afirmar que a civilização urbana ocidental é um dos fenómenos, ou sintomas, que acompanham a grande transformação carismática no sentido da expansão do capitalismo.

As outras duas questões têm bastante mais interesse para nós. Relativamente à primeira, têm surgido várias dúvidas quanto ao papel das classes agrárias na promoção dos processos de industrialização, quer nas fases iniciais, quer, em maior grau, posteriormente. Podemos afirmar que as fronteiras entre o rural e o urbano sempre foram mal definidas e que, por isso, a representação clássica baseada na dicotomia contribuiu, de facto, para ocultar fenómenos sociológicos relevantes. O importante trabalho de Barrington Moore (1966), entre outros, demonstrou que o papel das classes agrárias na promoção ou na oposição ao desenvolvimento da industrialização foi bem diferenciado. É um facto que elas nem todas, e nem sempre, se opuseram e/ou foram exploradas pelo aparecimento do capitalismo e pelo desenvolvimento industrial e que as suas diferentes posições, em termos históricos e sociais, tiveram um papel decisivo na caracterização das várias experiências de industrialização. Não devemos esquecer o papel histórico dos senhores da terra e da pequena nobreza rural no modelo clássico inglês e dos «Junkers» no desenvolvimento do modelo prussiano de industrialização. Dum ponto de vista metodológico, a análise da acumulação primitiva por

Marx é mais vulnerável, há até algumas contradições. Marx baseou a sua análise da acumulação primitiva do capital no caso inglês, com perfeita consciência da importância das «enclosures» nesse processo e, consequentemente, do papel dos senhores da terra e da pequena nobreza rural nos primórdios do desenvolvimento capitalista. Marx conhecia também a importância das indústrias ao domicílio na primeira fase da indústria têxtil do país.

O carácter representativo da chamada dialéctica cidade/campo deveria ter um valor, de certo modo, limitado (por ser imprecisa e aproximativa), mas não é aqui altura de discutirmos o significado exacto da utilização marxiana desta dicotomia. Cremos que a contradição está principalmente ligada à concepção que Marx tinha do campesinato, a quem acaba por atribuir sempre uma posição conservadora, ou uma falsa consciência, por não estar disposto a ser sacrificado no altar do desenvolvimento industrial. Adiante veremos mais pormenorizadamente que a realidade do desenvolvimento da agricultura capitalista e da industrialização rural foi sempre mais complexa e articulada do que a aceitação da dicotomia deixa supor.

87

A segunda questão relaciona-se com a experiência das indústrias ao domicílio não só nos primórdios da indústria têxtil inglesa, mas também no posterior desenvolvimento capitalista noutras indústrias e noutros países. A dicotomia urbano/rural admite implicitamente que a experiência das indústrias ao domicílio foi transitória e de duração limitada. A experiência da industrialização em zonas rurais vem demonstrar que a utilização da identificação clássica de indústria com cidade é controversa e imprecisa. Num grau ainda maior, a persistência e recorrência de experiências de indústria ao domicílio, ou de qualquer sistema de trabalho à peça, levanta sérios problemas relativamente à utilização da dicotomia.

A força deste tipo de experiência, em fases diferentes do desenvolvimento e com outras tecnologias, parece perfeitamente viva ainda hoje, constituindo uma das mais importantes áreas difíceis de delimitar. As indústrias ao domicílio, a industrialização difusa (não urbanizada e com fracos efeitos de urbanização), constituem características específicas do processo de desenvolvimento capitalista que surgem em força em determinadas regiões (em Itália, a chamada «Terceira Itália»), em determinadas fases do desenvolvimento (incluindo a fase mais recente de maturidade do capitalismo) e nalguns sectores capitalistas (ligados a bens de consumo, processos de produção, tecnologias, etc.). O facto de se admitir uma íntima correlação entre industrialização e urbanização acaba por

despromover estas experiências a um grau de importância extremamente baixo. É por isso que, também neste caso, surge a necessidade de repensar e corrigir a utilização da dicotomia urbano/rural para evitar esquecer fenómenos de modo nenhum secundários.

Chegamos agora à terceira questão, ou seja, saber se as correntes marxianas ou weberianas abandonaram efectivamente a dicotomia na interpretação dos acontecimentos nas sociedades capitalistas que se seguiram à primeira fase da industrialização. Como não cabe aqui fazer uma análise crítica de determinadas correntes interpretativas, a resposta a esta questão será apenas preambular, aproximada e impressionista. Com todas estas reservas pode, no entanto, dizer-se que a dicotomia urbano/rural, mesmo com interpretações muito elaboradas continua a ser de uso corrente. É uma espécie de droga que muitos sociólogos tomam, a princípio só em pequenas doses «para experimentar» e para fins exclusivamente descritivos, mas da qual acabam por ficar dependentes. Esta ideia pode ser confirmada pelas mais recentes descobertas teóricas resultantes das experiências feitas pela «nova sociologia urbana» (Saunders, 1981; Mingione, 1986) que demonstraram que o factor «urbano», embora rejeitado à partida, acaba sempre por se afirmar outra vez.

Foi precisamente por esse motivo que resolvemos consagrar este artigo às fronteiras imprecisas, às áreas esbatidas onde essa dicotomia se dissolve. Julgamos que essas áreas foram sempre importantes e que actualmente tendem a sê-lo ainda mais. Assim sendo, a utilização da diade torna-se mais arriscada ainda, por esconder certos momentos da actual transformação social e acentuar determinadas clivagens da sociedade que já não existem ou nunca existiram.

Resumindo o que ficou dito até aqui, mas propondo, ao mesmo tempo antecipadamente, algumas conclusões de conjunto, convém fazer uma reflexão teórica prévia.

A utilização clássica correcta do par dicotómico urbano/rural pretende representar o conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) como uma função do processo de desenvolvimento industrial e capitalista. É inegável que existiam, de facto, duas polarizações estereotipadas e que utilizá-las simplificava a explicação de processos sociais muito complexos e inter-relacionados. A constante simplificação e a falta de precaução condicionadas por essas complexas realidades, para não falar nos limites imprecisos entre ambas, redundaram na criação de preconceitos e de distorções cada vez maiores dos paradigmas de interpretação. Isto aplica-se tanto aos nossos dias como à sociologia clássica. Neste sentido, há que ter em conta a crí-

tica à interpretação do desenvolvimento capitalista por Marx e Weber expressa nas obras de Polanyi (1944). Quando este autor acentua o efeito das contra-correntes e resistências para explicar o desenvolvimento industrial (e para evitar o risco de as forças de mercado, se aplicadas total e radicalmente, resultarem em consequências ainda mais desastrosas e incontrolláveis do que as que efectivamente surgiram), Polanyi insiste especificamente nessas realidades e complexidades, nos limites imprecisos e nas ambivalências. De facto, seria fácil afirmar que, na opinião de Polanyi, o capitalismo e a industrialização se caracterizaram mais pelos obstáculos e resistências ao longo dos tempos do que pelos seus mecanismos endógenos de propulsão e difusão. Adoptar esta interpretação, suprimindo a utilização do par dicotómico e invertendo a análise baseada nos limites imprecisos, nas ambivalências e na complexidade dos processos de desenvolvimento, é um passo fundamental, embora especialmente difícil por não haver atalhos nem simplificações.

Na segunda parte deste artigo vamos analisar algumas áreas esbatidas de fronteira e a sua importância actual sem, contudo, termos a preocupação de que as nossas reflexões sejam sistematizadas ou exaustivas. Referiremos, nomeadamente, os recentes aspectos e alterações dos processos de produção e dos mercados de trabalho, focando sobretudo a agricultura e a sua integração noutras indústrias. Em contrapartida, outras áreas de limites mal definidos e as suas implicações teóricas, assim como a estruturação das classes sociais e a acção política de massas, não serão aqui abordadas, não só por óbvia falta de espaço, mas principalmente por falta de dados de investigação e de experiência.

Finalmente, não será referida senão aqui a área talvez mais importante de redefinição e sobreposição das delimitações da dicotomia urbano/rural, isto é, o impacto do processo de terciarização e o desenvolvimento de diferentes formas do Estado/Providência. Relativamente a este, talvez seja conveniente mencionar dois pontos a serem aprofundados numa futura investigação comparativa. Os destinatários dos serviços de bem-estar social, sejam eles camponeses pobres, trabalhadores rurais ou pobres das cidades, estão submetidos a jogos e processos políticos em que tanto a dicotomia urbano/rural como a divisão entre os diferentes sectores económicos se diluem para dar lugar a outras lógicas. A distribuição geográfica de serviços de bem-estar social relativamente eficientes não coincide com o mapa representativo da dicotomia urbano/rural. Contrariamente a um preconceito bastante difundido, nem sempre as áreas rurais são esquecidas e prejudicadas nos sistemas de bem-estar, como nem sempre as

90      2 — A imprecisão das delimitações e o desenvolvimento capitalista

áreas urbanas são eficientes e privilegiadas. Pelo menos relativamente ao caso italiano (Bagnasco, 1977), está bem documentada a existência duma distribuição da eficiência e da ineficiência relativas dos serviços de bem-estar social que ultrapassa largamente a dicotomia.

A escola estrutural e funcionalista da sociologia rural dedicou-se ao estudo da comunidade rural e da família/exploração camponesa. Considerava os camponeses, os agricultores e as suas explorações agrícolas inseridas numa aldeia ou noutro agrupamento territorial que representava um mundo antitético da realidade social industrial e urbana. Independentemente de a análise se basear numa dicotomia real ou num hipotético contínuo rural-urbano, estava implícito que o mundo rural tinha características de produção diferentes porque os processos de trabalho e de produção obedeciam a uma lógica muito diferente das que predominavam no contexto urbano e industrial: de facto um processo de trabalho que pouco tinha a ver com o que estava a difundir-se no mundo capitalista.

Por se considerar que os únicos assuntos que valia a pena estudar eram, por um lado, a vida da comunidade e, por outro, os valores e as atitudes dos camponeses e dos agricultores familiares, acabou por descurar-se outros aspectos igualmente importantes como o mercado de trabalho agrícola, o processo de trabalho agrícola, a estrutura de classes e os efeitos da nova tecnologia na sua modificação. Estes temas foram já dignos de estudo no passado, mas hoje em dia são ainda mais importantes dado que a sua evolução acaba por destruir o equilíbrio social que anteriormente caracterizava o contexto especificamente rural.

Vamos agora analisar os principais aspectos da penetração do «urbano-industrial» naquilo que tradicionalmente era definido como «rural». O elemento mais macroscópico, que deve, contudo, estudar-se com reservas, é a expansão da actividade agrícola a tempo parcial, que altera completamente a base estrutural da organização social da agricultura e das áreas rurais. A actividade agrícola a tempo parcial, no entanto, só tem estas implicações quando está efectivamente generalizada. Paradoxalmente, pode afirmar-se que o conceito de actividade agrícola a tempo parcial, que é tema de uma das mais extensas bibliografias taxonómicas, perde gradualmente o seu valor heurístico à medida que se vai expandindo. Obviamente que este paradoxo é apenas aparente: à medida que se generaliza, ela vai deixando de ser característica específica dum determinado grupo de agricultores ou duma determinada área agrícola e torna-se cada vez mais a nova forma de actividade agrícola contemporânea ou pelo menos



da maioria das explorações agrícolas e dos agricultores de hoje. Evidentemente que a agricultura como ocupação a tempo completo ainda existe, mas tem tendência a passar de regra, como no passado, a excepção. Neste ponto falham tanto a sociologia dominante tradicional como algumas das análises marxistas clássicas da questão agrária. Para a primeira, o agricultor a tempo parcial era uma personagem com os pés em dois campos diferentes: uma personagem que constituía excepção, sujeita aos imperativos culturais contraditórios de dois contextos diferentes. A actual difusão da actividade agrícola a tempo parcial prova, sem sombra de dúvida, que as duas esferas estão intimamente ligadas; a agricultura é cada vez menos um sector produtivo com o seu próprio mercado de trabalho e o seu equilíbrio interno.

Relativamente a estas questões, a análise marxista tradicional é também desadequada, embora tenha, sem dúvida, o mérito de analisar os dois principais problemas da agricultura que foram dissimulados pela sociologia tradicional: o mercado de trabalho e a estrutura de classes. Mas os sistemas analíticos marxistas interpretaram a actividade a tempo parcial como indício duma situação precária do mercado de trabalho. O camponês ou o pequeno agricultor forçados a vender a sua força de trabalho a outros agricultores como trabalhadores agrícolas ou, em alternativa, fora da agricultura como trabalhadores manuais na indústria, na construção civil ou no comércio eram, com alguma razão, definidos como semi-proletários. Por outras palavras, a actividade a tempo parcial era considerada como uma fase do processo de proletarianização, ou seja, do processo de perda da propriedade dos meios de produção. Assim, a actividade a tempo parcial passou a significar um estatuto temporário que viria por fim a acabar na proletarianização definitiva e no êxodo rural e agrícola. Mas mesmo este conceito da actividade agrícola a tempo parcial parece não condizer com a realidade actual. Os estudos empíricos desenvolvidos em vários países indicam que ela está a afectar cada vez maior número e maior variedade de explorações agrícolas e de grupos de agricultores, isto é, já não só os pequenos agricultores ou os camponeses pobres, mas até os médios e os grandes agricultores.

A expansão e as novas características da agricultura a tempo parcial fazem, contudo, ressaltar um problema muito generalizado, intimamente ligado ao tema deste artigo: a articulação entre a agricultura e outros sectores de produção, num contexto territorial que já foi agrícola e rural, e que é hoje cada vez mais caracterizado pela presença, em variados graus, de diferentes actividades (excepto nas áreas mais atrasadas e mais pobres).

Para melhor compreensão dos vários aspectos desta nova realidade devemos fazer referência aos processos que estão na sua origem. Vamos agora aqui focar dois deles: a expansão da indústria transformadora para além das áreas urbanas e a crescente analogia do processo de trabalho da agricultura com o das outras indústrias. Em ambos os processos as opções relativas à produção e à difusão de novas tecnologias desempenharam um papel determinante.

As alterações drásticas na legislação de fábricas têm dado origem a novos cenários que não são uniformes e que tendem a obedecer a motivações específicas. Há, contudo, algumas características comuns, a primeira das quais é conhecida por desurbanização de novos empreendimentos industriais. Isto aplica-se à chamada «estratégia do Sul», que caracteriza a descolonização da indústria americana (transferência, pura e simples, das fábricas); à vitalidade renovada das pequenas empresas do modelo da «Terceira Itália»; e aos novos sectores em expansão, como as modernas empresas de electrónica no «sun-belt» inglês. No entanto, esta desurbanização industrial não é apenas uma relocalização em zonas com mão-de-obra abundante e barata, visto que os valores oficiais do desemprego parecem ser mais elevadas nas grandes cidades do que nas áreas tradicionalmente rurais.

O caso mais interessante em Itália é a difusão das pequenas empresas nas áreas «rurais». Não são a única presença industrial em áreas tradicionalmente agrícolas e não estão uniformemente distribuídas, mas representam contudo, o maior grau de interpenetração entre «agrícola» e «industrial» e entre «rural» e «industrial». Queremos acrescentar que estas expressões se referem não só às conotações profissionais («agrícola») e territoriais («rural»), mas essencialmente à esfera produtiva e reprodutiva. Os custos de reprodução da força de trabalho são mais baixos no contexto rural e ainda o são mais quando, através da actividade a tempo parcial, também há interligação no mercado de trabalho.

O grau de interpenetração entre a agricultura e a indústria é, naturalmente, afectado pelo sistema de posse da terra e pelo modo predominante de utilização da terra, tornando-se mais simples quando, relativamente à posse da terra, prevalece a existência de pequenas explorações agrícolas em zonas de policultura. Em Itália, o Véneto e algumas zonas da Emília Romanha são as regiões onde o processo de urbanização (e isto também no aspecto físico, devido ao crescente número de vivendas) das áreas agrícolas e de implantação de pequenas empresas industriais está mais difundido. Este caso é interessante também pelos tipos de indústria aí existentes: não são poucas as vezes em que houve um desenvolvimento do

artesanato local tradicional. Por isso, não é tanto um caso de penetração industrial em novos contextos, mas antes de expansão da indústria local, uma espécie de industrialização endógena. Este exemplo é, de certo modo, um caso extremo: a dupla presença da pequena dimensão, tanto na agricultura como na indústria, ajuda a conjugar os elementos de flexibilidade de ambas.

Mas este processo existe também nas regiões do Sul de Itália com características e implicações diferentes porque o contexto é outro. Aqui, a difusão de pequenas empresas industriais não é tão grande, principalmente devido ao mais baixo grau de industrialização do Sul. No entanto, a agricultura como ocupação exclusiva é cada vez menos a regra geral, dado que existem várias actividades alternativas que vêm diminuir os custos de reprodução através do alargamento de áreas de auto-produção e auto-consumo: o exemplo mais característico, para além do sector alimentar, é a construção civil.

Na origem destes processos está um outro aspecto que já referimos no início: a modificação do processo de trabalho na agricultura. Actualmente, isto implica sempre a tendência para excluir da empresa um excesso de mão-de-obra familiar. Podemos, assim, definir melhor o actual processo de trabalho agrícola segundo o conceito de industrialização de Kautsky, entendido como a interpenetração gradual entre agricultura e indústria, sendo a primeira uma função da segunda.

Qualquer inovação tecnológica na agricultura significa uma maior interpenetração que, por seu lado, nos chama agora a atenção de diversas formas para a interpenetração que existe entre os diferentes sectores da indústria transformadora. A novidade consiste em que, na agricultura, essa interpenetração é simultaneamente mais evidente e mais recente. É sabido que, na indústria, qualquer sistema de empresas obriga a uma integração das fábricas que produzem as diversas componentes destinadas à produção final do artigo exigido pelo mercado. Contudo, este processo de integração funcional e de especialização não é idêntico ao processo de descentralização industrial (ou de recurso ao exterior, por meras razões de gestão de mão-de-obra, para desempenhar funções ou actividades outrora efectuadas dentro da própria empresa). A industrialização da agricultura significa também a adesão a este processo de especialização funcional.

A crescente compra de bens e serviços para a agricultura significa, nitidamente, uma diminuição da sua autonomia. De facto, os agricultores têm de comprar cada vez mais *inputs* (bens e serviços) que anteriormente existiam na sua própria

exploração agrícola. É evidente que as empresas fornecedoras desses *inputs* podem estar localizadas em zonas muito distantes. O sistema global do «agribusiness» não implica restrições territoriais. O facto é que a agricultura assemelha-se mais a uma indústria, é um sector de actividade dentro do sistema industrial, subordinado a um complexo sistema de empresas. Assim, a analogia entre os processos de trabalho e as técnicas de produção, a progressiva mecanização e controlo do ciclo produtivo e das condições ambientais são aspectos que confirmam que a agricultura é cada vez mais uma indústria.

Embora esteja a verificar-se a industrialização da agricultura relativamente a estes aspectos, o mesmo não pode dizer-se quanto ao modelo organizacional mais importante da indústria: a grande fábrica. As grandes empresas de produção em série, a uniformização dos processos de produção, a especialização da mão-de-obra, a estabilidade do emprego eram até há pouco características da indústria ocidental baseada no modelo fordista e taylorista.

No passado, a agricultura foi relutante em seguir este modelo devido à existência de camponeses e de explorações familiares, da predominância do emprego por conta própria, de escalas de produção modestas e da escassa divisão de trabalho; tudo isto era característico especificamente do mundo agrícola e contribuiu para a ideia da «especificidade» ou «particularidade» da agricultura, contribuiu para a identificação do pólo «rural».

A importância de grandes empresas com uma força de trabalho permanentemente ocupada (trabalhadores agrícolas proletários) era pouco significativa, predominando o emprego por conta própria. A fábrica verde sugerida por alguns autores — nitidamente um modelo de desenvolvimento do capitalismo agrícola — não surgiu. É interessante notar que a difusão de «fábricas no campo», de empresas capitalistas com elevados níveis de mão-de-obra assalariada mais ou menos permanente, não só não surgiu como tem cada vez menos probabilidades de surgir. O que pode haver é uma tendência no sentido oposto, apesar de os elementos de diferenciação entre agricultura e indústria, e entre os processos de trabalho numa e noutra, estarem a tornar-se análogos em termos de longo prazo. Pela primeira vez desde há dezenas de anos, surgem na economia sinais de dois fenómenos novos e imprevistos: um decréscimo gradual do emprego total e uma subida do emprego por conta própria.

Neste artigo não tem muito sentido explicar os motivos deste processo no sector industrial embora tenham tido origem em variáveis relacionadas com os problemas da gestão

de mão-de-obra nas grandes empresas industriais. Mesmo a sua flexibilidade perante a constante necessidade de mudança parece cada vez mais desajustada. A tendência para a desregulação ataca essas estruturas com garantias de emprego rígidas e práticas muito institucionalizadas (por exemplo, a grande influência sindical na organização interna e no sistema de controlo das empresas). Estes factores indirectos criam espaço para a difusão de novas fábricas mais pequenas e com uma organização mais flexível.

Há que dizer algo mais acerca dessas condições que directamente fomentam o desenvolvimento. O principal factor é a nova natureza da tecnologia, isto é, simultaneamente a nova natureza da inovação tecnológica e a nova organização industrial decorrente da sua aplicação. Pelo menos na indústria o ponto mais evidente é o facto de o progresso tecnológico não implicar necessariamente um aumento da dimensão das unidades (das fábricas), contrariamente ao que aconteceu em fases anteriores do desenvolvimento industrial. É sabido que o aumento das pequenas e médias empresas se deve a poderem absorver novas tecnologias sem terem de aumentar a dimensão das fábricas.

Há também um outro aspecto desta última fase de desenvolvimento tecnológico que se vai reflectir na localização das instalações fabris. As inovações mais recentes nos métodos de fabrico são de tal ordem que os processos de produção, a concepção e o modelo do produto e até a própria gestão exigem cada vez menos a proximidade física. Em muitas áreas de produção, as possibilidades de êxito são cada vez menos condicionadas pela exequibilidade de socialização na empresa.

Resumindo, diremos que há dois aspectos importantes relativos à recente mutação da indústria: a) um divórcio progressivo entre o «urbano» e o «industrial» (no caso de manterem alguma ligação isso apenas se deve à concentração de actividades terciárias qualificadas e principalmente à existência de grandes centros de gestão e administração); b) a diminuição da dimensão média das unidades fabris, que, obviamente, se situa num plano diferente da crescente concentração do controlo financeiro das empresas decorrente da integração e da centralização industriais.

É no mercado de trabalho que o que atrás foi descrito se manifesta claramente. É aí que a imprecisão das fronteiras é mais patente. Há já alguns anos que tem vindo a manifestar-se no mundo ocidental uma tendência para uma diminuição do emprego e um aumento do emprego por conta própria. Devemos também ter em atenção uma outra inversão decisiva

### **3 — Imprecisão das delimitações, mercado de trabalho e características do emprego**

das tendências dos processos de divisão de trabalho. Até há pouco tempo, a tendência histórica ia no sentido duma crescente especialização das funções profissionais, que se tornavam cada vez mais diferenciadas, sendo a divisão mais importante a que existia entre agricultura por um lado, e a indústria e outros sectores de produção, por outro. Actualmente, nota-se cada vez mais que uma só pessoa conjuga vários papéis, que há uma pluri-actividade. Já afirmámos que a actividade agrícola a tempo parcial é um testemunho empírico dessa inversão de tendências, que tem sido sempre considerado como algo que tem a ver com a actividade por conta própria de operários e agricultores. Evidentemente que a pluri-actividade não é nem exclusiva nem predominante nos agricultores por conta própria: está igualmente generalizada entre os trabalhadores agrícolas. Este elemento de «*desdiferenciação*» da divisão social do trabalho corresponde a um outro factor complexo que é a combinação, cada vez mais frequente, numa mesma pessoa do estatuto de empregado ao mesmo tempo por conta de outrem e por conta própria. Chamamos-lhe aqui «*desdiferenciação*» para acentuar que se trata de um novo processo, uma inversão das tendências já consolidadas. O trabalho por conta própria e a pluri-actividade, ao contrário do que antes se passava, não são como poderia parecer um residuo da situação anterior, mas novos fenómenos que também estão ligados à consolidação desse vasto agregado que inclui a agricultura em si mesma e outras actividades que lhe estão ligadas e a que hoje se chama «agribusiness». Neste contexto é corrente a subcontratação de outros produtores e a concessão a terceiros de determinadas fases da produção, que de outro modo teriam de ser efectuadas internamente. Isto reproduz o número total de assalariados e de empregados pela exploração agrícola. A reabilitação e a persistência do trabalho por conta própria pode também interpretar-se neste sentido. Contrariamente às opiniões anteriores sobre o assunto, baseadas na concepção tradicional da «natureza específica da agricultura», trata-se dum resultado muito moderno, relacionado com as recentes tendências do processo de produção industrial no âmbito do «agribusiness» e com a necessidade decrescente de mão-de-obra (que por sua vez decorre também da generalização de tecnologias que dispensam mão-de-obra). A mão-de-obra que não foi substituída por máquinas ao longo dos processos de reestruturação e de modernização — em última análise, de industrialização — encontra-se geralmente nas explorações agrícolas e nas empresas subcontratadas; estas empregam pessoas que executam trabalhos não especializados em qualquer exploração agrícola e também indivíduos especializados cujas habilita-

ções profissionais podem ser consideradas como industriais. Acresce ainda que parte deste pessoal empregado pelos subcontratadores são, de facto, trabalhadores por conta de outrem, enquanto outra parte são trabalhadores por conta própria, apesar de, pelo menos nesta fase de desenvolvimento tecnológico, trabalharem, na grande maioria, em empresas familiares. Às vezes, acontece também que as empresas deste tipo pertencem a agricultores por conta própria ou a agricultores a tempo parcial que fornecem a terceiros a utilização de máquinas em excesso (dado que estas vão além das necessidades das suas explorações) e que oferecem também a prestação de serviços de trabalhadores altamente profissionalizados.

97

O resultado desta associação é o aparecimento de tipos que, dum ponto de vista social e profissional, são difíceis de classificar. De facto, para além de terem um pé no lado dos trabalhadores por conta de outrem, e o outro no lado dos trabalhadores por conta própria estão divididos entre a agricultura e outros sectores. Refira-se aqui o exemplo, bastante frequente, do alugador de máquinas que trabalha com o seu próprio tractor em várias explorações agrícolas e que recebe um salário diário. São múltiplos os seus papéis: é um trabalhador agrícola assalariado relativamente à exploração agrícola em questão, tal qual como várias outras categorias de trabalhadores temporários, apesar de ser o dono do equipamento; é o gestor duma empresa que utiliza o seu equipamento próprio e que tem padrões de trabalho próprios; é também trabalhador por conta própria e, simultaneamente, é gestor e trabalhador da sua empresa. Além disto tudo, assemelha-se mais a um mecânico do que a um camponês, do mesmo modo que hoje em dia o agricultor tende a preocupar-se mais com questões comerciais do que com o crescimento das culturas em si.

No entanto, estes são apenas exemplos de todo o processo de desaparecimento das delimitações profissionais. É cada vez menos corrente ter em toda a vida uma única profissão. A extensão excepcional do segmento secundário no mercado de trabalho é uma manifestação deste processo. Devido à procura decrescente de mão-de-obra nas grandes empresas industriais, as prerrogativas e a segurança da mão-de-obra do segmento primário diminuíram e os valores do emprego a tempo inteiro têm tendência a diminuir. A capacidade de produzir quantidades cada vez maiores de bens com cada vez menos mão-de-obra é uma característica do sector industrial. Por outro lado, já verificámos como é cada vez menos necessário que esse emprego esteja concentrado em grandes empresas. A flexibilidade da força de trabalho atingiu

Enzo Mingione  
Enrico Pugliese

um grau completamente inesperado. Um conjunto de actividades multi-sectoriais no *curriculum* de qualquer pessoa, especialmente por períodos muito curtos, e a crescente generalização do segundo emprego (de que os trabalhadores que acumulam actividades agrícolas e industriais são apenas um exemplo) significa que as «fronteiras imprecisas» são uma característica estrutural da sociedade presente. ■

(tradução de Teresa Lello)



## Referências Bibliográficas

- |                  |      |   |    |
|------------------|------|---|----|
| Bagnasco A.      | 1977 | <i>Le tre Italie</i> , Bologna, Il Mulino   |    |
| Barrington Moore | 1966 | <i>Social Origins of Dictatorship and Democracy</i> , Boston, Beacon Press  |    |
| Friedland W.     | 1980 | <i>Manufacturing Green Gold</i> , Berkeley, University of California Press  |    |
| Friedland W.     | 1982 | «The end of rural society and the future of rural sociology», <i>Rural Sociology</i> , n.º 4  | 99 |
| Kautsky K.       | 1971 | <i>La questione agraria</i> , Milano, Feltrinelli   |    |
| Newby H.         | 1980 | <i>Rural Sociology: a Trend Report</i> , Current Sociology, n.º 1   |    |
| Gans H.          | 1968 | «Urbanism and Suburbanism as Ways of Life» in R. Pahl (org.) <i>Readings in Urban Sociology</i> , London, Pergamon                                    |    |
| Mingione E.      | 1986 | «Urban sociology beyond the theoretical debate of the seventies» in <i>International Sociology</i> , Vol. I, n.º 2                                    |    |
| Polanyi K.       | 1944 | <i>The Great Transformation</i> , Boston, Beacon Press  |    |
| Saunders P.      | 1981 | <i>Social Theory and the Urban Question</i> , London, Hutchinson  |    |
| Szelenyi I.      | 1984 | «Preface» in <i>International Journal of Urban and Regional Research, Special Issue on the City and the Problem of the Transition</i> , Vol. 8, n.º 1 |    |
| Wirth L.         | 1938 | «Urbanism as a way of life», <i>American Journal of Sociology</i> , Vol. 44, p. 1-24  |    |